\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NIF) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(residência), declaro que, relativamente ao prédio \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (artigo matricial, freguesia e concelho; ou a descrição predial, freguesia e concelho) em que pretendo iniciar o procedimento de representação gráfica georreferenciada, não sou detentor de posição ativa no registo predial, nem sujeito passivo inscrito na matriz predial, como demanda a alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, na sua atual redação, mas que:

 \_\_\_ disponho de documento comprovativo do meu direito de propriedade sobre o prédio, que anexo (por exemplo, escritura pública de compra e venda, de doação, de permuta, de partilha, de justificação; certidão de inventário; decisão judicial, etc.); ou

 \_\_\_ não disponho de documento para prova do meu direito de propriedade sobre o prédio, mas irei dar início a uma justificação de direitos, nos termos legais (processo de justificação na Conservatória; ou procedimento especial de justificação na Conservatória; ou escritura de justificação em Cartório Notarial).

E que sou o responsável por estas declarações, nos termos gerais de Direito (artigos 483.º e seguintes do Código Civil e artigos 255.º e seguintes do Código Penal).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura)